



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23343.000708.2022-07

Pregão Eletrônico nº 05/2022

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, com fornecimento de peças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 01 – ITEM: 01

CATSER: 3557

Tipo: Serviço

Descrição: INSTALACAO / MANUTENCAO - ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES, MONTA - CARGAS / PLATAFORMA / ESCADAS.

Descrição Detalhada: Serviços de manutenção PREVENTIVA de elevador, com fornecimento de peças relacionadas à manutenção preventiva, componentes, materiais e insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, assegurando todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas, efetuados periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de operação dos elementos e do conjunto, propondo as medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de EPIs e EPC, devendo ser prestado na Reitoria do IFSULDEMINAS, localizado na Avenida Vicente Simões, nº 1.111, Bairro Nova Pousa Alegre - CEP 37.553-465 - Pousa Alegre – MG, conforme informações que se seguem: Marca Alfa; Três paradas; Capacidade – 600 kg – 08 pessoas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

Quantidade: 12 **Unidade de fornecimento:** Unidade

Local de Entrega: Pouso Alegre-MG

Valor Estimado	Valor Unitário	Valor Total
	R\$ 1.750,00	R\$ 21.000,00

Grupo 01 – ITEM: 02

CATSER: 3557

Tipo: Hora

Descrição: INSTALACAO / MANUTENCAO - ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES, MONTA - CARGAS / PLATAFORMA / ESCADAS.

Descrição Detalhada: Serviço de manutenção CORRETIVA de elevador (Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores), necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, com procedimentos técnicos adequados em cada situação, prestado sob demanda, devendo ser observadas as recomendações do fabricante, especificações do manual, Normas Técnicas inerentes ao serviço, Normas de Segurança do Trabalho, uso adequado de APIs e EPC, devendo ser prestado na Reitoria do IFSULDEMINAS, localizado na Avenida Vicente Simões, nº 1.111, Bairro Nova Pouso Alegre - CEP 37.553-465 - Pouso Alegre – MG, conforme informações que se seguem: Marca Alfa; Três paradas; Capacidade – 600 kg – 08 pessoas Horas de trabalho de um profissional habilitado em manutenção de elevadores.

Quantidade: 60 **Unidade de fornecimento:** Unidade

Local de Entrega: Pouso Alegre-MG

Valor Estimado	Valor Unitário	Valor Total
	R\$ 240,00	R\$ 14.400,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

Grupo 01 – ITEM: 03

CATSER: 3557

Tipo: Serviço

Descrição: INSTALACAO / MANUTENCAO - ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES, MONTA - CARGAS / PLATAFORMA / ESCADAS.

Descrição Detalhada: Para manutenção CORRETIVA (PEÇAS E INSUMOS): Mediante apresentação de Ordem de Serviço gerada pela CONTRATANTE, onde a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, as seguintes etapas: Vistoria de identificação da(s) avaria(s) apresentada(s) pelo(s) equipamento(s) Apresentação de orçamento de peças e insumos necessários à manutenção; Pesquisa de mercado em pelo menos 3 (três) fornecedores de peças e insumos, para parametrização do valor orçado. Obs: O IFSULDEMINAS - Reitoria se reservará o direito de consultar, de forma paralela e quando necessário, orçamentos em outras empresas para verificação dos preços praticados. Obs: Valor estimado. Obs: Os insumos desse item não podem ser utilizados para execução da manutenção preventiva.

ITEM NÃO ABERTO PARA LANCES. O FORNECEDOR DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE INCLUIR O VALOR TOTAL (CONFORME QUANTIDADES E VALORES DO ITEM) NO COMPRASNET.

Quantidade: 12 **Unidade de fornecimento:** Unidade

Local de Entrega: Pouso Alegre-MG

Valor Estimado	Valor Unitário	Valor Total
	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Que motivos geraram a necessidade da contratação?

2.1.1. Devido ao término do último contrato e a impossibilidade de sua renovação, faz-se necessário nova contratação para garantir o bom funcionamento do equipamento a evitar acidentes com potencial de danos físicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

2.2. Quais são os objetivos, metas e benefícios?

2.2.1. Faz-se necessária a continuação da prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, a fim de conservar em bom estado o elevador do edifício da Reitoria deste instituto, situado à Av. Vicente Simões, 1111, Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre/MG, visando mantê-lo em perfeito estado de funcionamento.

2.3. Justificativa dos quantitativos solicitados.

2.3.1. Um elevador da marca ALFA ELEVADORES, capacidade para 08 pessoas / 600 kg, com três paradas (térreo, 1º e 2º andar).

2.4. Quais serão os impactos do não atendimento?

2.4.1. Sem a devida prestação do serviço de manutenção, diminuirá o nível de segurança para os usuários que utilizarem o elevador.

2.5. Foram considerados aspectos sustentáveis na solicitação? Se sim, quais?

2.5.1. As manutenções, preventivas e corretivas, em equipamentos elétricos contribui para um menor consumo de energia elétrica.

2.6. Tendo em vista a quantidade de obras a serem publicadas, opta-se a que a licitação seja feita por **agrupamento dos itens 1, 2 e 3**, com o objetivo de tornar possível a execução dos serviços.

2.7. **O item 03 não deverá receber lances, uma vez que se cuidará de valor de referência para a aquisição de insumos imprescindíveis à realização dos serviços.**

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1. Manutenção preventiva é o tipo de manutenção planejada e periódica que tem como objetivo prevenir a ocorrência de quebras, falhas ou defeitos no elevador, mantendo-o em perfeito estado de funcionamento e conservação, incluindo ajustes, lubrificação e reparos;

4.1.2. Manutenção corretiva é o tipo de manutenção que objetiva eliminar os defeitos gerados em virtude de quebras, panes, desgastes prematuros ou natural, de peças e/ou componentes dos elevadores.

4.1.3. As manutenções preventivas e corretivas serão todas realizadas no local onde está instalado o elevador, objeto deste processo licitatório.

4.2. **Em até quinze (15) dias, após assinado o contrato, a CONTRATADA deverá realizar inspeção no local e apresentar:**

4.2.1. relatório detalhado sobre o estado atual de conservação do elevador, após efetuar inspeção/vistoria técnica, indicando peças ou componentes a serem substituídos, possíveis falhas cometidas em manutenções pretéritas etc, como também apresentar sugestões para otimização do uso dos elevadores, de forma a reduzir o consumo de energia ou o desgaste; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

4.2.2. lista dos seus funcionários que terão acesso às dependências da Reitoria durante a execução do contrato, contendo nome completo, filiação, data de nascimento, número da carteira de identidade e do CPF/MF.

4.3. As normas de segurança constantes neste Termo de Referência não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais (federais, municipais e estaduais), sendo de sua responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência da não observância das precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais não apropriados à execução dos serviços.

4.4. A CONTRATADA deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional registrado no CREA da região onde os serviços, por ele, foram prestados, com a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida por esse Conselho, o que comprova a execução de atividades semelhantes em características às do objeto deste Termo.

4.5. Na primeira semana de cada mês deverá a CONTRATADA realizar inspeção/manutenção mensal de caráter preventivo, independentemente de solicitação da CONTRATANTE, encaminhando posteriormente relatório de diagnóstico mensal dos serviços executados, peças ou componentes substituídos e quaisquer outras informações pertinentes sobre a manutenção e estado de conservação dos elevadores.

4.5.1. O relatório de diagnóstico mensal será encaminhado por meio eletrônico (e-mail), logo após a inspeção/manutenção mensal e, posteriormente, de maneira formal, assinada pelo responsável técnico da empresa, em anexo à nota fiscal/fatura do mês em referência.

4.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente Ordem de Serviço ou Nota Fiscal, quando das manutenções preventivas, ou corretivas, se for o caso, discriminando os serviços executados. A Ordem de Serviço deve ter numeração própria, sendo que essa numeração deve ser informada na fatura do serviço executado.

4.7. A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção em consonância com as rotinas especificadas no Manual do Fabricante do elevador, realizando testes de segurança nos elevadores quando da visita regular mensal de manutenção preventiva.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

4.8. Durante a realização do serviço e consequente paralisação do funcionamento do elevador, os técnicos da CONTRATADA, sempre uniformizados e portando crachá de identificação, devem afixar nas portas de acesso ao elevador, em todos os pavimentos do prédio, cartazes informativos com dizeres indicando que o “ELEVADOR ESTÁ EM MANUTENÇÃO”.

4.9. A manutenção preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente da Reitoria.

4.10. A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas que formarão o plano de manutenção preventiva a ser escolhido, devendo ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

4.11. A CONTRATANTE poderá solicitar serviço de manutenção de caráter corretivo, além da visita ordinária de inspeção/manutenção mensal, para reparo de todo e qualquer defeito mecânico ou elétrico que venha ocorrer, visando o restabelecimento do perfeito funcionamento do elevador e demais equipamentos, devendo a CONTRATADA atender no prazo máximo de:

4.11.1. 02 (duas) horas, contados da solicitação efetuada, em casos de acidentes ou de pessoas presas no elevador, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno; e

4.11.2. 04 (quatro) horas, contadas da solicitação efetuada, nos demais casos, obrigando-se a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da solicitação do serviço.

4.11.2.1. O prazo de 04 (quatro) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal do IFSULDEMINAS, ou seja, em dias úteis entre 07:00 h e 19:00 h, interrompendo-se a contagem às 19:00 h de um dia e reiniciando-se às 07:00 h do dia útil seguinte.

4.12. Os materiais empregados, os serviços de manutenção preventiva mensal, manutenção corretiva, fornecimento de peças e assistência técnica a serem executados, SEM ÔNUS para o CONTRATANTE, deverão obedecer rigorosamente:

4.12.1. Às normas e especificações constantes neste Termo de Referência;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

4.12.2. Às prescrições e recomendações do fabricante;

4.12.3. Às normas da ABNT; e

4.12.4. Às normas internacionais, na falta das normas da ABNT.

4.13. Todos os materiais e peças adquiridas pela CONTRATADA devem ser novos e acompanhados pela NOTA FISCAL.

4.14. A equipe técnica da CONTRATADA deve ser formada por profissionais especializados e habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica. O responsável técnico (RT) deve ser engenheiro mecânico e funcionário da empresa contratada, ou com ela deter vínculo formal de prestação de serviços, com comprovação através de registro na carteira de trabalho ou instrumento equivalente.

4.15. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, quando necessário, serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios do fabricante, custeados pelo próprio CONTRATADO, reembolsado pelo CONTRATANTE, pelo custo de aquisição, SEM ÔNUS adicionais, fazendo parte da cobertura as peças especificadas abaixo, **exemplificativamente**:

4.15.1. o conjunto ou acessórios da cabine e dos elementos decorativos nela existente;

4.15.2. painéis de cabina;

4.15.3. vidros e espelhos;

4.15.4. difusores de luz, lâmpadas, starts e reatores;

4.15.5. baterias;

4.15.6. botões;

4.15.7. componentes corredeiras e guias de portas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

4.15.8. soleiras;

4.15.9. ventiladores.

4.16. Todos os demais componentes não citados acima serão objeto da presente contratação, com manutenção e substituições que se fizerem necessárias.

4.17. O(s) representante(s) da Equipe de Fiscalização e toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

4.18. A Equipe de Fiscalização poderá, justificadamente, solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, quando julgar necessário ou conveniente à boa execução dos serviços.

4.19. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será fiscalizada por representantes do CONTRATANTE, formalmente designados, ao quais caberá a atestação das faturas dos serviços prestados.

4.20. A CONTRATADA deve computar no valor global da sua proposta de contratação todos os custos, diretos e indiretos, de serviços e peças necessários à perfeita e completa consecução do objeto deste Instrumento, considerado o item 03 da contratação.

4.21. Possíveis omissões, falhas, indefinições ou incorreções no presente Termo de Referência, não poderão, em nenhuma hipótese, constituir-se em escusa para a CONTRATADA cobrar por serviços extras, ou modificar a composição de preços.

5. DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO

5.1. A CONTRATADA deve dar início à execução dos serviços somente após o recebimento de Ordem de Execução de Serviço expedida pelo CONTRATANTE, através do fiscal técnico do contrato, contendo autorização específica para tal fim.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

5.2. Em qualquer dos casos, o CONTRATADO fica obrigado a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da comunicação à contratada:

5.3. Decorridos os prazos descritos neste subitem sem o atendimento devido, fica o IFSULDEMINAS autorizado a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.

5.4. Durante o horário comercial (das 07:00 h às 19:00 h – com intervalo de duas horas para almoço) os serviços poderão ser prestados pelo técnico alocado no IFSULDEMINAS. Para atendimentos fora deste intervalo, a empresa deverá encaminhar um técnico, respeitando os prazos estabelecidos:

5.4.1. caso as Ordens de Serviços sejam encaminhadas após o final do expediente, o atendimento delas iniciar-se-á no dia útil seguinte, nos mesmos prazos previstos nesta cláusula;

5.4.2. o não atendimento dos prazos individuais, seja por produtividade abaixo da expectativa da mão de obra ou por serviço não realizado a contento, ensejará a substituição dos empregados disponibilizados, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste contrato.

5.5. Se for o caso, o CONTRATADO deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.

5.6. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

5.7. Os representantes da CONTRATANTE e toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências do CONTRATADO.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

5.7.1. Quando estas hipóteses envolverem o acesso da fiscalização às dependências do CONTRATADO, deve haver a autorização do representante da empresa CONTRATADA.

5.8. A CONTRATADA cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade, enquanto estiver realizando os serviços (casas de máquinas e outras), permaneça sempre limpa e organizada.

5.9. A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

5.10. O CONTRATANTE poderá recusar aplicação de materiais que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

5.11. Materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

5.12. Em cada visita realizada pela CONTRATADA, tanto para manutenção preventiva quanto corretiva, deverá ser elaborado um Boletim de Visita onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças eventualmente substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pelo fiscal do contrato por ocasião da visita e compor a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da CONTRATADA. No momento da visada, uma cópia do boletim será repassada ao CONTRATANTE para ser anexada ao livro de ocorrências.

6. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

6.1. A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com o CONTRATANTE, no horário de expediente do IFSULDEMINAS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

6.1.1. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal do IFSULDEMINAS, desde que o CONTRATANTE solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com o CONTRATANTE através de notificação oficial.

6.2. A CONTRATADA deve apresentar ao CONTRATANTE as rotinas que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE.

6.3. Serão realizadas as seguintes avaliações, **sempre que for o caso**:

6.3.1. Verificar funcionamento e integridade do painel de operação;

6.3.2. Verificar funcionamento e integridade do interfone na cabina;

6.3.3. Verificar funcionamento e limpeza das lâmpadas e do ventilador, fixação e limpeza do subteto;

6.3.4. Verificar painéis de acabamento, frisos e piso, inclusive as placas indicativas;

6.3.5. Verificar guarda-corpo e espelhos (fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos);

6.3.6. Verificar portas, corrediças e réguas de segurança (funcionamento, fixação, quebra, alinhamento, folgas, ajustes, ruídos e limpeza);

6.3.7. Verificar funcionamento dos comandos cabineiro, ventilador e banquetta (manual/automático, comando de lotado);

6.3.8. Inspeccionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais, quando há movimentação da cabina;

6.3.9. Verificar aparelho de segurança (estados dos componentes, acionamento do contato elétrico manualmente);

6.3.10. Verificar operador de portas (tensão e desgaste da corrente, correia e cabo de aço, desgaste dos roletes do carrinho, funcionamento e folga dos microrruptores, fixação de motor, tampa e ajuste do freio magnético, ajuste da caixa de cama, roletes, freio do motor operador e tensionamento dos cabos);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

6.3.11. Verificar correções superiores, estado das correções, desgastes dos nylons e folgas entre guias, lubrificar e limpar graxas, verificar gaxetas e fixações;

6.3.12. Limpeza geral (teto e estrutura);

6.3.13. Verificar funcionamento e integridade das botoeiras e indicadores (quebrado, mal fixado, funcionamento das setas, segmentos e lâmpadas);

6.3.14. Verificar funcionamento das portas e soleiras (fixação e amassados, ferragens, borrachas de marco, ilhós e puxadores, limpeza e Lubrificação);

6.3.15. Verificar aceleração e desaceleração e nivelamento;

6.3.16. Verificar aparelho de segurança (estados dos componentes, funcionamento e seio do cabo de manobra);

6.3.17. Verificar correções inferiores (estado das correções, desgastes dos nylons e folgas entre guias, gaxetas e fixações e lubrificações);

6.3.18. Verificar fundo do poço (limpeza);

6.3.19. Verificar parachoques, cornija (verificar a capa hidráulica, nível do óleo, fixação, funcionamento do pistão hidráulico, acionamento do contato elétrico manualmente, limpeza) e sistemas de amortecimentos.

7. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

7.1. A manutenção corretiva ocorrerá sempre que necessário, e consistirá no reparo dos componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos dos equipamentos, devolvendo-lhes as condições de perfeito funcionamento.

7.2. Nesta situação, a empresa será acionada pela fiscalização do contrato por meio de chamada telefônica, inicialmente, e formalizada através de e-mail.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

7.3. A manutenção corretiva deverá ser prestada pelo CONTRATADO, mediante abertura de Ordem de Execução de Serviço, conforme cláusula 4.11 deste Termo de Referência.

7.4. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

7.5. Ao final de cada manutenção, caberá à Contratada emitir um relatório descrevendo, de forma detalhada, os serviços realizados, assim como as peças substituídas.

7.6. Qualquer fornecimento de peças, exceto as constantes no item 5 desta cláusula, só poderão ser feito mediante apresentação de orçamento e autorização da contratante.

7.7. Do fornecimento de peças:

7.7.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos do respectivo fabricante, necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seu estado, inclusive botoeiras, indicadores de posicionamento (interno e externo), acolchoado das cabines dos elevadores de serviço, peças em acrílico e grade que compõem o teto dos elevadores etc.

7.7.2. Não fazem parte da cobertura o fornecimento das seguintes peças e componentes:

7.7.2.1. passadiço e poço, circuitos para alimentação do quadro de força da casa de máquinas e respectivos dispositivos de proteção desse quadro, instalações de para-raios, janelas, sistema de ventilação ou exaustão forçada, extintor de incêndio (ressalvados os casos indicados no item, alvenaria e pinturas;

7.7.2.2. aqueles oriundos de alterações de características originais ou, no caso de acessórios, substituição por outros de tecnologia mais recente, desde que tais alterações e substituições tenham sido solicitadas pelo IFSULDEMINAS;

7.7.2.3. todos cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos elevadores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

7.8. A contratada, ademais, sempre que for o caso, deverá cumprir os critérios definidos no Guia de Licitações Sustentáveis:

7.8.1.1.1. Só será admitida a oferta do produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A ou B, nos termos da Portaria INMETRO referente aos materiais componentes da execução dos serviços.

7.8.1.1.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

7.8.1.1.3. A logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos, seguindo o disposto na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7.8.1.1.4. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa nº 1, 25/01/2013 – IBAMA.

8. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

8.1. A execução do contrato será avaliada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

8.1.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.1.2. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

- 8.1.3. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 8.1.4. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.5.1. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 9.5.2. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação serviço contratado; e
 - 9.5.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo emissor da ordem de execução do serviço, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou a entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Comunicar ao emissor da ordem de execução do serviço, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratual.

10.7. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

10.8. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.9. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.10. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do conteúdo descritivo.

10.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.12. Manter durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.13. Cumprir, durante todo o período da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

10.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.18. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.18.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.18.2. Os direitos autorais, quando for o caso, da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

11.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

11.3. A subcontratação depende de autorização prévia e expressa da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

12.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da execução da contratação;

12.3. O recebimento provisório será realizado pelo solicitante após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

12.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o emissor da ordem de execução da contratação irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao solicitante.

12.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução da contratação;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

13.2.2. **Multa** de:

13.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 2 (dois) dias;

13.2.2.2. 20% (vinte por cento) do valor adjudicado para atraso superior a 02 (dois) dias.

13.2.2.3. O atraso superior a 3 (três) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato. Após o décimo quinto dia, e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

13.2.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

13.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

13.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

13.2.4.1.A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

13.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.3, 13.2.4 e 13.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
2	0,4% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
3	0,8% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
4	1,6% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho
5	3,2% ao dia sobre o valor da contratação / Nota de Empenho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

REITORIA

13.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

14.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

14.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles descritos neste Termo de Referência e no Edital.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. O custo global estimado da contratação é de **R\$ 37.800,00** (trinta e sete mil e oitocentos reais).

15.1.1. O custo mensal estimado da contratação é de **R\$ 3.150,00** (três mil, cento e cinquenta reais).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. A despesa será realizada por meio da seguinte classificação orçamentária:

16.2. PTRES 170925.

16.3. Fonte 8100000000.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
REITORIA

16.4. PI L2ORLP01PSN.

16.5. Natureza de despesa 3.3.90.39-16

17. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor requisitante, alocado na Coordenadoria-Geral de Materiais e Logística (CGML), auxiliado pela Coordenadoria-Geral de Contratações Públicas (CGCP), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e à aprovação das autoridades competentes.

Pouso Alegre, 29 de abril de 2022

João Carlos Ferreira

Coordenador-Geral de Contratações Públicas (substituto)

Marcelo Bregagnoli

Reitor